

**AGENDAS EM DISPUTA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS
ECONÔMICAS NO BRASIL NO SÉCULO XXI¹**

***AGENDAS EN DISPUTA: UN ANÁLISIS CRÍTICO DE LAS POLÍTICAS
ECONÓMICAS EN BRASIL EN EL SIGLO XXI***

***AGENDA IN DISPUTE: A CRITICAL ANALYSIS OF ECONOMIC POLICIES IN
BRAZIL IN THE 21ST CENTURY***



Johnny Daniel Matias NOGUEIRA²
e-mail: johnny.cp.ufscar@gmail.com



Maria Angélica Dedoné GONÇALVES³
e-mail: ma.gonçaves@unesp.br

Como referenciar este artigo:

NOGUEIRA, J. D. M.; GONÇALVES, M. A. D. Agendas em disputa: uma análise crítica das políticas econômicas no Brasil no século XXI. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 34, n. 00, e025002, 2025. e-ISSN: 2236-0107. DOI: 10.14244/tp.v34i00.1149



| **Submetido em:** 05/03/2025
| **Revisões requeridas em:** 15/03/2025
| **Aprovado em:** 09/06/2025
| **Publicado em:** 14/08/2025

Editora: Profa. Dra. Simone Diniz
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Obra resenhada: ROSSI, P. **Brasil em disputa**. São Paulo: Selo Crítica, 2024.

² Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

³ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Mestranda em Economia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Introdução

Nos últimos vinte e cinco anos, o Brasil tem sido palco de intensos debates sobre o modelo ideal de crescimento e desenvolvimento econômico. Por um lado, a agenda distributiva, alicerçada na Constituição de 1988, defende a ampliação dos investimentos públicos e o fortalecimento das políticas de proteção social; por outro, a agenda neoliberal preconiza a austeridade fiscal, a redução do Estado e o desmonte dos direitos sociais. Esse embate, que permeia a recente história econômica do país, constitui o eixo central de *Brasil em Disputa: uma nova história da economia brasileira*, de Pedro Rossi, publicado em 2024 pelo selo Crítica, da Editora Planeta.

Para Rossi, a trajetória econômica brasileira é marcada pelo conflito e pela alternância entre essas duas visões. Em sua obra, o professor livre-docente do Instituto de Economia da Unicamp narra e problematiza o percurso da economia nacional desde o primeiro governo Lula (2003-2010) até o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Entre 2003 e 2014, as políticas distributivas contribuíram para reduzir desigualdades e fortalecer o mercado interno; contudo, a guinada neoliberal a partir de 2016 aprofundou vulnerabilidades estruturais, precarizou direitos sociais e intensificou a concentração de renda. Ao analisar as estratégias macroeconômicas e de desenvolvimento de cada gestão, Rossi desafia a narrativa predominante nos meios de comunicação e desconstrói os mitos que têm moldado o debate econômico.

Dialogando com a literatura mais recente sobre o tema — que destaca, por exemplo, os conflitos políticos que culminaram no golpe contra Dilma Rousseff e impulsionaram a eleição de Jair Bolsonaro —, a obra se insere em um contexto de disputas ideológicas profundas. Autores contemporâneos argumentam que o impeachment de Dilma não foi meramente uma resposta a problemas fiscais, mas o reflexo de lutas de poder entre modelos de Estado. Embora Rossi não incorpore essas perspectivas em sua análise, nesta resenha decidimos confrontar sua abordagem com tais debates, enriquecendo a discussão sobre os fundamentos e desafios do desenvolvimento econômico brasileiro.

Ao longo de cinco capítulos, contando com cento e doze páginas, o livro percorre a evolução dos modelos de gestão econômica: inicia com a agenda distributiva do governo Lula; passa pela tentativa de ajuste do primeiro governo Dilma, marcada por tensões políticas e o fortalecimento da narrativa neoliberal; analisa a ascensão de Michel Temer e a implementação da “Agenda 2016”, que respondeu diretamente à política anterior por meio de medidas como o teto de gastos e a reforma trabalhista; e, por fim, examina como o governo Bolsonaro enfrentou

os pontos estratégicos da agenda de Temer, com reformas na Previdência, desregulamentação financeira e cambial, autonomia do Banco Central, privatizações e o desmonte da Petrobras, além das medidas adotadas durante a pandemia de covid-19.

Esta resenha, portanto, visa não apenas apresentar o percurso narrativo de Rossi, mas também situá-lo no contexto das disputas teóricas e políticas que têm moldado o debate sobre o desenvolvimento econômico no Brasil nas últimas décadas.

Estrutura e desenvolvimento de Brasil em disputa

No primeiro capítulo, *Distribuição gera crescimento*, Pedro Rossi analisa o modelo econômico adotado pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com ênfase no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Ao contextualizar a trajetória econômica do Brasil desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), ressalta que, embora o Plano Real tenha controlado a inflação e reposicionado o país no cenário internacional, o período foi marcado por crescimento modesto e elevados índices de desemprego. Diante desse quadro, a partir de 2003, ao assumir a presidência, Lula propôs um modelo econômico que buscava conciliar crescimento e redistribuição de renda, alicerçado na expansão do mercado de consumo de massas como estratégia para atrair investimentos produtivos e promover a inclusão social.

O governo Lula implementou uma agenda distributiva que estimulou a demanda interna e resultou em melhorias significativas nos indicadores de desigualdade. Essa agenda foi sustentada, segundo o autor, por quatro pilares principais: o aumento real do salário mínimo, a ampliação dos benefícios sociais (como o Bolsa Família), a facilitação do crédito para famílias e empresas e o incremento dos gastos públicos em áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura. Essas políticas representaram uma inflexão em relação ao paradigma neoliberal predominante no período anterior. Nesse ponto, a análise de Rossi é muito próxima à de Laura Carvalho em *Valsa Brasileira* (2018), que também enfatiza o papel dessas políticas na redução da desigualdade e no fortalecimento do mercado interno.

O modelo econômico adotado nos dois primeiros governos Lula (2003-2010) alinha-se à tradição desenvolvimentista do pensamento brasileiro, caracterizada pela intervenção estatal orientada a transformações sociais. Como define Vera Cepêda (2012, p. 79, grifos nossos), o desenvolvimentismo é “um projeto de transformação social profunda, operada politicamente de maneira racional e orientada pelo Estado”. Nesse sentido, as políticas implementadas pelo PT

transcendem o mero crescimento econômico: representam um esforço deliberado de reconfiguração social, planejada e executada pelo Estado. Esse conjunto de ações levou parte da literatura a classificá-las como “novo-desenvolvimentistas” (Cepêda, 2012; Bresser-Pereira, 2018; Sicsú; Paula; Renalt, 2007). O termo destaca não apenas a herança do desenvolvimentismo clássico, mas também sua adaptação ao século XXI, em que políticas sociais ganharam centralidade como mecanismo de dinamização econômica. Assim, o período configura-se como um marco na história brasileira, em que o Estado assumiu papel ativo na

No entanto, a agenda distributiva é também marcada por limites estruturais e contradições. Um dos principais desafios foi a dependência de importações, agravada pela valorização cambial, que reduziu a competitividade da indústria nacional. A falta de modernização da estrutura produtiva contribuiu para a perda de espaço no mercado internacional, especialmente diante da concorrência chinesa. Outro fator crítico foi o crescimento do crédito ao consumo, concedido em um contexto de altas taxas de juros, o que resultou no endividamento das famílias e na fragilização da sustentabilidade do modelo a longo prazo. Rossi apresenta uma leitura que reconhece os avanços da política econômica dos governos petistas, mas também aponta os desafios para a manutenção de um crescimento sustentável.

Contudo, faz-se necessário problematizar mais a fundo a análise do autor. Parte da literatura crítica argumenta que os limites apontados por Rossi não são exclusivos do modelo distributivo, mas reflexos de restrições estruturais históricas do capitalismo periférico. Para Laura Carvalho (2018), a dependência de importações e a desindustrialização são fenômenos amplificados pela inserção subordinada do Brasil na globalização — e não apenas por falhas domésticas. Além disso, Singer (2015) destaca que a valorização cambial foi, em parte, resultado da pressão de setores financeiros e exportadores, que mantiveram influência mesmo durante os governos do PT, limitando a autonomia da política econômica.

Outro ponto de discordância reside na crítica ao crédito. Para Sicsú, Paula e Renalt (2007), o endividamento das famílias foi menos um “erro” do modelo e mais uma consequência inevitável da inclusão de milhões ao consumo, em um contexto em que o acesso a bens duráveis era historicamente restrito. A fragilidade estaria, segundo eles, na ausência de políticas complementares — como a taxação progressiva de grandes fortunas — para equilibrar o financiamento do Estado.

Rossi não incorpora esses debates em sua análise, mas a resenha opta por confrontar sua premissa central: embora os limites sejam reais, atribuí-los exclusivamente ao modelo petista

ignora contingências políticas e estruturais mais amplas, como a resistência das elites econômicas a mudanças e a herança neoliberal dos anos 1990. Como aponta Bresser-Pereira (2018), o “novo-desenvolvimentismo” enfrentou um trilema entre distribuição, estabilidade macroeconômica e coalizão política — um desafio que nenhum governo periférico superou integralmente.

No segundo capítulo, *Copo meio cheio, meio vazio*, são analisadas essas contradições e desafios que foram enfrentados pelo primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014). Utilizando a metáfora do “copo meio cheio, meio vazio”, ilustra os avanços e limites do primeiro mandato da petista, caracterizado pela tentativa de manter o crescimento econômico com inclusão social em um contexto de desaceleração econômica global e pressões internas.

O “copo meio cheio” refere-se aos avanços obtidos, como a menor taxa de desemprego da história, a continuidade na melhoria dos indicadores sociais e a desvalorização da moeda nacional, que buscava aumentar a competitividade da indústria brasileira no mercado internacional. A ampliação do crédito habitacional e o uso ativo dos bancos públicos para estimular a economia refletiam a estratégia governamental de preservar o dinamismo do mercado interno e sustentar a demanda agregada. Essas políticas buscavam dar continuidade ao modelo distributivo dos governos Lula.

Por outro lado, o “copo meio vazio” evidencia suas limitações. A agenda de estímulo ao setor industrial — que Rossi denomina “industrialismo” e Laura Carvalho (2018) chama de Agenda FIESP — enfrentou obstáculos. A queda expressiva dos investimentos públicos, a retração do ciclo de crédito às famílias e as dificuldades para sustentar as elevadas taxas de crescimento do período anterior representaram desafios centrais. O controle artificial da inflação, por meio do congelamento de preços administrados, gerou distorções e pressões sobre setores estratégicos, como energia e combustíveis. A crise financeira global de 2008-2009 expôs fragilidades do modelo brasileiro, especialmente sua dependência de *commodities* e a vulnerabilidade do setor industrial. A redução dos preços das *commodities* deteriorou os termos de troca — tese que Celso Furtado (2009 [1961]) e Prebisch (2011 [1949]) já apontavam nas décadas de 1950 e 1960 — e comprometeu a capacidade da economia brasileira de sustentar o crescimento baseado no consumo de massa. Diante desse cenário, o governo Dilma implementou políticas de estímulo à produção nacional, como a redução dos custos de energia e combustíveis, isenções tributárias e a ampliação do crédito público. No entanto, essas medidas enfrentaram forte oposição de setores ligados ao capital financeiro, que as viam como ameaça à rentabilidade de seus investimentos e ao controle das contas públicas.

Outro desafio central do período foi o conflito distributivo, marcado pela disputa entre trabalhadores e capitalistas pela apropriação da renda nacional. As políticas de valorização do salário mínimo e de inclusão social pressionaram a inflação, sobretudo no setor de serviços. Rossi interpreta essa inflação como reflexo do embate entre trabalhadores organizados, que conquistaram aumentos salariais reais, e empresários, que repassaram os custos para os preços finais. Enquanto o autor vincula esse conflito à disputa salários *versus* lucros, não coloca em debate outras interpretações, como a de Marconi (2012), que aponta que a inflação em serviços decorreu da baixa produtividade do setor, e não apenas de pressões salariais.

Se, por um lado, o “industrialismo” foi insuficiente para romper com a dependência de *commodities*, por outro, sua derrota política reflete a hegemonia do rentismo financeiro, que bloqueou reformas estruturais. Como afirma Celso Furtado (1998), em análise clássica, o subdesenvolvimento brasileiro é marcado por “interesses alienantes” que sabotam projetos redistributivos. A experiência de Dilma talvez seja ilustrativa desse impasse: mesmo com avanços sociais, a falta de ruptura com o neoliberalismo limitou a sustentabilidade do modelo.

O primeiro governo Dilma simboliza um momento de transição na economia brasileira, no qual os limites do modelo distributivo baseado no consumo de massa tornaram-se evidentes. Ao mesmo tempo, a narrativa neoliberal utilizou as dificuldades econômicas do período para justificar a adoção de medidas de austeridade que desmantelaram importantes avanços sociais. Para além das crises conjunturais, a experiência brasileira evidencia a necessidade de um modelo de desenvolvimento que concilie inclusão social, sustentabilidade fiscal e independência produtiva, rompendo com as armadilhas do neoliberalismo que perpetuam desigualdades estruturais.

No capítulo terceiro, *O choque recessivo e a crise*, Pedro Rossi discorre sobre a recessão de 2015-2016. Rejeitando a narrativa dominante que atribui a crise aos “excessos” dos governos do PT, propõe outra leitura do período. A narrativa conservadora defendeu a tese de que o país teria vivido de excessos durante os governos do PT, necessitando de austeridade e sacrifício para se recuperar. São exemplos dessa visão a atribuição da crise ao aumento dos investimentos públicos, ao crescimento dos salários acima da produtividade e à suposta desconfiguração do tripé macroeconômico (metas fiscais, inflação e câmbio flutuante) por outro modelo: a “Nova Matriz Econômica”. Para o autor, o colapso econômico resultou não de erros de gestão, mas de um choque recessivo agravado por uma guinada ortodoxa no início do segundo mandato de Dilma, que interrompeu o modelo de crescimento com distribuição de renda e aprofundou a recessão. A tese da “gastança” é desmontada por Rossi com dados: entre 2003 e 2014, a dívida

bruta caiu de 68% para 61% do PIB, e a dívida líquida reduziu-se de 60% para 32%, enquanto o crescimento das despesas primárias desacelerou de 5,2% para 3,5% ao ano. Entretanto, cabe a questão ao autor: como pensar na escolha de políticas que levaram ao choque recessivo como algo fora do campo da gestão?

Economistas ortodoxos, contudo, podem ser colocados no debate para contestar essa leitura. Para Marcos Lisboa e Zeina Latif, o ajuste fiscal foi necessário diante do risco de insolvência, já que o endividamento público, mesmo estável, exigia medidas preventivas em um contexto de queda de receitas. Eles argumentam que a crise foi agravada por erros de gestão, como o congelamento de preços de combustíveis, que desequilibrou as contas da Petrobras. Quanto à suposta Nova Matriz Econômica (NME), Mansueto Almeida (2017) defende que, mesmo sem ser um programa formal, o intervencionismo em setores como energia e crédito gerou distorções de mercado, minando a confiança de investidores. Mesmo autores do campo mais à esquerda, como Laura Carvalho (2018), reconhecem que a austeridade aprofundou a crise, mas apontam que a desaceleração já era visível desde 2013, com a queda nos preços das *commodities* e a estagnação da produtividade — fatores externos e estruturais que Rossi não aprofunda em sua discussão.

Fundamental, no entanto, é pontuar que o crescimento médio de 2,8% entre 2009-2014 (período da “NME”) contrasta com a queda de 0,5% após 2016, quando políticas neoliberais foram adotadas. Frente aos dados, o uso de uma suposta Nova Matriz Econômica não passa de retórica por parte de economistas ortodoxos, conforme argumenta Rossi.

Do ponto de vista político, por sua vez, destaca-se que a crise e a guinada ortodoxa refletem um conflito de classes. Recorrendo ao economista Michal Kalecki, explica-se que o desemprego é um mecanismo de ajuste do sistema capitalista, usado para enfraquecer o poder de barganha dos trabalhadores. No Brasil, o mercado de trabalho superaquecido do período e o crescimento dos salários acima da produtividade foram vistos como problemas a serem corrigidos com desemprego e austeridade. Essa visão foi defendida por economistas assumidamente liberais, como Armínio Fraga (2016)⁴, que argumentava que salários altos desestimulavam o investimento e que era necessário promover demissões em massa. No entanto, Rossi critica essa perspectiva, destacando que os salários também são uma variável de demanda, com capacidade de induzir investimentos e ampliar a oferta, em um movimento anticíclico, em conformidade com o pensamento keynesiano.

⁴ Estadão (2014).

Se Rossi acerta ao desvincular a crise dos investimentos públicos, sua análise subestima condicionantes históricos e globais. A recessão foi tanto resultado de escolhas políticas (a austeridade) quanto de vulnerabilidades acumuladas, como a reprimarização da economia. Ainda colocando Celso Furtado (1998) no debate, pode-se afirmar que o Brasil repete ciclos de avanço e colapso, pois elites bloqueiam reformas que ameacem privilégios. A obra de Rossi ganharia profundidade ao incorporar essas dimensões.

No quarto capítulo, *A agenda econômica de 2016*, Pedro Rossi expõe os componentes econômicos e políticos que levaram ao *impeachment* de Dilma Rousseff (o que o autor trata como golpe) e à implementação de uma agenda neoliberal no Brasil. O golpe de 2016 não pode ser compreendido apenas como uma ruptura política, mas também como uma mudança radical no projeto econômico do país, que abandonou a agenda distributiva dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) em favor de reformas neoliberais. Juristas como Pedro Serrano (2017) reforçam a tese de Rossi: as “pedaladas fiscais” foram um pretexto, já que a prática era comum desde o governo Fernando Henrique Cardoso e não configurou crime de responsabilidade. A criminalização seletiva da política fiscal, segundo Serrano, revela um viés institucional contra projetos redistributivos. André Singer (2018), por sua vez, enfatiza o papel do antipetismo como catalisador do golpe, mobilizado por uma coalizão midiática, jurídica e empresarial que via no PT uma ameaça a privilégios históricos.

Rossi destaca, ainda, que o choque recessivo de 2015, combinado com pressões políticas e econômicas, reduziu a sustentação política da presidente, criando um ambiente propício para uma agenda econômica alternativa com a ascensão de Michel Temer e da austeridade fiscal.

Essa análise é alvo de disputas. Marcos Lisboa e Zeina Latif (2016) defendem que a Proposta de Emenda à Constituição do Teto de Gastos foi necessária para evitar um colapso fiscal, já que o déficit primário atingiu 2% do PIB em 2015, pressionado pela queda de arrecadação. Para eles, a EC 95 não foi “ideológica”, mas uma resposta técnica à crise. Para Rossi, no entanto, a agenda de 2016 tinha como objetivo reverter os avanços sociais da Constituição de 1988, considerada pelos neoliberais como um obstáculo ao ajuste fiscal. Podemos somar à análise de Rossi a do cientista político Luís Felipe Miguel. Para este, o golpe de 2016 e as medidas que se seguiram podem ser qualificados como “um regime de dedicação à demolição do pacto corporificado na Constituição de 1988” (2019, p. 14).

Parte dessa demolição também se fez presente na reforma trabalhista, outro pilar da agenda de 2016, e divide opiniões. Se setores empresariais e *think tanks* neoliberais argumentam que a flexibilização era essencial para modernizar relações de trabalho e gerar

empregos, Rossi a interpreta como um ataque aos direitos historicamente conquistados. Os argumentos neoliberais não se sustentam quando se observam os dados do IBGE, que desmentem a promessa da geração de empregos via flexibilização da legislação: entre 2017 e 2022, a taxa de informalidade subiu de 39% para 44%, e os empregos com carteira assinada caíram 5%. A reforma, ao contrário, aprofundou a precarização ao substituir o legislado pelo negociado, sem impactar positivamente o mercado e retirando a proteção social dos trabalhadores.

A agenda de 2016 não se limitou ao governo Temer, mas teve continuidade no governo Bolsonaro, com a consolidação das reformas. Rossi destaca que a escolha de Paulo Guedes como ministro da Economia sinalizou o alinhamento total com a agenda de 2016, que incluía a desvinculação de receitas, a desindexação de benefícios e a desobrigação de gastos sociais. Autores como Laura Carvalho (2020) ampliam o debate: Guedes representava interesses do capital financeiro internacional, que pressionou por reformas pró-mercado em troca de investimentos.

Neste capítulo, portanto, Pedro Rossi demonstra que o golpe de 2016 foi motivado por uma disputa em torno do projeto econômico do país. A queda de Dilma Rousseff não foi apenas uma ruptura política, mas também uma mudança radical na correlação de forças, que permitiu a implementação de uma agenda neoliberal. Essa agenda, marcada pelo teto de gastos, pela reforma trabalhista e pela precarização dos serviços públicos, representou um retrocesso em relação aos avanços sociais dos governos do PT. A agenda de 2016 teve impactos profundos na economia e na sociedade brasileira, consolidando um modelo concentrador de renda e enfraquecendo a democracia. A análise de Rossi, neste ponto, revela a importância de compreender os aspectos econômicos e políticos da crise, destacando o papel das elites econômicas e das instituições na condução do projeto neoliberal no Brasil.

No quinto e último capítulo, são examinados e sintetizados pontos do governo Bolsonaro (2019-2022) sob duas dimensões principais: a ruptura em questões sociais e ambientais e a continuidade da agenda econômica neoliberal iniciada no governo Temer (2016-2018). O autor argumenta que, embora o governo Bolsonaro tenha se notabilizado pelo desmonte de políticas sociais, pelo enfraquecimento de direitos humanos e pela postura negacionista durante a pandemia de covid-19, a política econômica permaneceu alinhada aos ditames do mercado financeiro e da austeridade fiscal. Esse aspecto revela que, apesar da retórica antissistêmica do bolsonarismo, sua gestão econômica representou um aprofundamento

do neoliberalismo, com reformas que reduziram o papel do Estado e ampliaram desigualdades. Detemo-nos, portanto, nessas propostas.

A reforma da Previdência, primeira grande medida econômica do governo Bolsonaro, ilustra essa lógica. Apresentada como uma necessidade inadiável para evitar o colapso fiscal, a reforma foi sustentada por um discurso alarmista sobre o “rombo da Previdência”. No entanto, a crise previdenciária não decorria de um desequilíbrio estrutural, mas de fatores conjunturais, como a recessão iniciada em 2015 e a queda na arrecadação. O autor questiona a lógica de tratar a Previdência como um problema contábil, ignorando seu papel como mecanismo de proteção social e distribuição de renda. A proposta original, que incluía um regime de capitalização inspirado no modelo chileno, foi mitigada no Congresso, mas a versão aprovada enfraqueceu o sistema público, dificultando o acesso à aposentadoria e incentivando planos privados, beneficiando o setor financeiro.

Economistas ortodoxos, como Mansueto Almeida (2019), defendem que a reforma era necessária para garantir a sustentabilidade fiscal a longo prazo. Para ele, o envelhecimento populacional e o aumento da expectativa de vida exigiam ajustes. Na direção oposta, como aponta Laura Carvalho (2020), a reforma não atacou as verdadeiras distorções do sistema, como as aposentadorias privilegiadas de servidores públicos e militares, concentrando os cortes nos trabalhadores de menor renda.

O Plano Mais Brasil, conjunto de propostas apresentadas por Paulo Guedes após a reforma da Previdência, sintetiza a tentativa de consolidar o Estado mínimo como princípio organizador da economia. Composto por três Propostas de Emenda à Constituição (PEC Emergencial, PEC dos Fundos Públicos e PEC do Pacto Federativo), o plano visava reduzir despesas obrigatórias, rever fundos públicos e flexibilizar a destinação de recursos para áreas essenciais. Rossi pontua que essa proposta, na verdade, traduz a tentativa de subordinar os direitos sociais ao “equilíbrio fiscal intergeracional”, o que criaria uma brecha jurídica para cortes sistemáticos sob a justificativa de contenção de gastos. Essa proposta inverte a relação entre orçamento e direitos, transformando a política fiscal em um impeditivo ao bem-estar social.

Críticos como Fernando Rugitsky (2020) argumentam que o plano não era apenas uma medida técnica, mas uma estratégia política para desmontar o Estado de bem-estar. A pandemia, no entanto, expôs as contradições dessa agenda: enquanto o governo alegava falta de recursos para políticas sociais, mobilizou mais de R\$ 500 bilhões em créditos extraordinários para enfrentar a crise sanitária.

A pandemia de covid-19 representou um divisor de águas para a agenda neoliberal. O governo Bolsonaro, que inicialmente propôs um auxílio emergencial de apenas duzentos reais, foi pressionado pelo Congresso a elevar o valor para seiscentos, beneficiando quase 68 milhões de brasileiros. Esse episódio revelou que o problema não era a escassez de recursos, mas a escolha política sobre sua destinação. Mesmo durante a crise, o governo manteve sua retórica ultraliberal, tentando minimizar a atuação estatal. No entanto, a mobilização de recursos extraordinários mostrou que o Estado continua sendo insubstituível na proteção social e na estabilização econômica. Carvalho (2020) afirma que a pandemia e a necessidade do Estado produziram um *curto-circuito* no governo Bolsonaro.

A política econômica de Bolsonaro também se caracterizou pela intensificação da liberalização financeira. A autonomia do Banco Central, aprovada em 2021, foi defendida como uma medida para reduzir interferências políticas e ancorar expectativas inflacionárias. Rossi problematiza essa medida, argumentando que ela limita a capacidade do governo de coordenar políticas macroeconômicas e prioriza a estabilidade financeira em detrimento do crescimento e do emprego. Além disso, a reforma cambial ampliou a vulnerabilidade externa do país, facilitando a especulação contra o real e aprofundando a dependência em relação ao capital estrangeiro.

Outro aspecto central da agenda neoliberal foi a privatização e o esvaziamento da Petrobras. Diferentemente das privatizações do governo FHC, que tinham um viés estratégico, o governo Bolsonaro fragmentou a empresa, vendendo subsidiárias lucrativas e limitando sua atuação ao mercado de exportação de petróleo bruto. Essa mudança enfraqueceu a capacidade da Petrobras de atuar como indutora do desenvolvimento nacional, aumentando a volatilidade dos preços dos combustíveis e beneficiando acionistas privados em detrimento da população.

Para Marcio Pochmann (2021), o desmonte da Petrobras foi parte de um projeto de desindustrialização e reprimarização da economia, que aprofundou a dependência externa e fragilizou a soberania energética.

Rossi conclui, por fim, que a experiência neoliberal de Bolsonaro não trouxe os benefícios prometidos. Apesar da retórica de que as reformas gerariam crescimento e emprego, o período foi marcado por baixo crescimento econômico, aumento do desemprego e deterioração dos indicadores sociais. A austeridade fiscal e a desregulamentação do Estado não resultaram em maior dinamismo, mas em estagnação e aprofundamento das desigualdades. O autor argumenta que esse fracasso foi decisivo para a reabilitação eleitoral de uma agenda distributiva, que se tornou central na vitória de Lula em 2022.

Ao longo do capítulo, Rossi demonstra que a política econômica do governo Bolsonaro não representou uma ruptura, mas a continuidade e o aprofundamento da agenda neoliberal. A tentativa de reduzir o papel do Estado, associada a uma visão fiscalista rígida, resultou no enfraquecimento das políticas sociais e na intensificação da desigualdade. No entanto, a pandemia de covid-19 serviu como um contraponto a essa lógica, evidenciando que o Estado continua sendo indispensável na garantia de direitos e na resposta a crises. A obra de Rossi, ao desconstruir o discurso dominante da austeridade fiscal, reafirma a necessidade de um modelo econômico baseado na justiça social e na ampliação do bem-estar coletivo, em oposição à lógica do mercado como regulador absoluto da economia.

Considerações finais

Complementando a análise de Rossi, defendemos que as políticas de austeridade fiscal também foram nocivas à democracia. O período histórico marcado pela ascensão de políticas de austeridade e pela redução do papel do Estado nas políticas sociais foi analisado por autores como Brown (2015) e Streeck (2018) como um momento de crescente “inutilização da democracia” e de seus mecanismos de tomada de decisão coletiva. Esses autores argumentam que, embora as instituições democráticas formais — como os direitos fundamentais, os processos de *accountability* e as eleições — permaneçam intactas em diversos países, incluindo o Brasil, elas têm se tornado cada vez mais dissociadas dos processos reais de decisão política. Nesse contexto, as escolhas estratégicas do Estado, especialmente aquelas relacionadas à implementação de medidas de austeridade, são frequentemente tomadas em esferas tecnocráticas e supranacionais, distanciando-se da participação popular e do controle democrático. Dessa forma, embora a estrutura formal da democracia persista, sua substância — a capacidade de os cidadãos influenciarem decisões que afetam suas vidas — é progressivamente esvaziada, gerando uma dissonância entre a legitimidade democrática e a efetividade das políticas públicas.

Esse esvaziamento da democracia — que persiste como uma questão central nos debates contemporâneos — é reflexo da relação cada vez mais tensionada e desgastada entre capitalismo e democracia. Nesse cenário, o foco das decisões políticas desloca-se do *demos* (o povo) para o mercado, priorizando lógicas econômicas e interesses financeiros em detrimento das demandas sociais e da soberania popular. Essa dinâmica é agravada por circunstâncias

econômicas que se refletem diretamente na esfera política, como a financeirização da economia e a globalização dos fluxos de capital (Harvey, 2014), somadas a transformações culturais, como a fragmentação das identidades coletivas e o enfraquecimento dos laços de solidariedade social. Diante disso, autores como Przeworski (2019), Brown (2019) e Castells (2018) identificam este momento histórico como uma era de “crises da democracia”, na qual a tensão entre a lógica do capital e os princípios democráticos coloca em xeque a própria viabilidade de um sistema político verdadeiramente inclusivo e representativo. Essa crise não se limita ao funcionamento das instituições, mas atinge o cerne da ideia de democracia como um projeto de emancipação e autodeterminação coletiva.

Em conclusão, *Brasil em Disputa* revela-se uma obra indispensável para compreender o complexo cenário da economia brasileira nas últimas duas décadas. O livro analisa, de forma crítica e fundamentada, os avanços e os limites do modelo de desenvolvimento adotado pelos governos do PT, destacando como a agenda distributiva — que visava ampliar o mercado interno, reduzir as desigualdades e fortalecer as políticas sociais —, apesar de seus sucessos, também enfrentou desafios estruturais significativos, como a dependência de importações, a necessidade de modernização da estrutura produtiva e os riscos do crédito facilitado.

Ao mesmo tempo, a obra evidencia a emergência e o impacto da agenda neoliberal implementada a partir de 2016. Pedro Rossi demonstra que as reformas estruturais, tais como o teto de gastos, a reforma trabalhista e, posteriormente, as medidas adotadas pelo governo Bolsonaro — que incluíram a reforma da Previdência, a desregulamentação financeira e a privatização de empresas estratégicas — não apenas representaram uma ruptura com a política distributiva anterior, mas também aprofundaram as desigualdades e fragilizaram as políticas de proteção social. Essa mudança de paradigma, segundo o autor, reflete uma disputa ideológica que transcende o campo econômico, evidenciando os conflitos entre diferentes visões de Estado e de desenvolvimento.

Embora a análise de Rossi possa ser acusada de apresentar uma parcialidade em favor dos governos petistas, sua argumentação se apoia em dados concretos e em uma crítica consistente à narrativa predominante nos meios de comunicação. Ao desconstruir mitos e expor os fundamentos políticos por trás das proposições econômicas que moldaram o país, o autor não apenas documenta os contornos de uma disputa histórica, mas também convida o leitor a refletir sobre os desafios de construir um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Dessa forma, *Brasil em Disputa* é altamente recomendado para acadêmicos, estudantes e profissionais interessados em economia política e história econômica do Brasil. A obra é

especialmente pertinente para aqueles que buscam compreender os desafios atuais enfrentados pelo país e as disputas que delineiam os rumos do modelo de desenvolvimento, revelando a necessidade de políticas públicas que conciliem progresso econômico com justiça social. Em suma, Pedro Rossi contribui de maneira significativa para o debate sobre o futuro do Brasil, ressaltando a importância de um diálogo amplo e fundamentado na busca por soluções que promovam o bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS

- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Em busca do desenvolvimento perdido**: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.
- BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politéia, 2020.
- BROWN, W. **Undoing the Demos**: Neoliberalism's Stealth Revolution. New
- CARVALHO, L. **Curto-circuito**: o vírus e a volta do Estado. São Paulo: Todavia, 2020.
- CARVALHO, L. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.
- CASTELLS, M. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. São Paulo: Zahar, 2018.
- CEPÊDA, V. Inclusão, Democracia e Novo-Desenvolvimentismo. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p. 77-90, 2012.
- ESTADÃO. Armínio nunca disse que o salário subiu demais. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 6 out. 2014. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/arminio-nunca-disse-que-o-salario-subiu-demaiss/>. Acesso em: 4 mar. 2025.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- FURTADO, C. **O capitalismo global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2014.
- MARCONI, N.; ROCHA, M. Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce: o caso brasileiro. **Revista Economia e Sociedade**, v. 21, p. 853-888, 2012.
- PREBISCH, R. **O desenvolvimento da América Latina e alguns de seus principais problemas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- PRZEWORSKI, A. **Crises da Democracia**. São Paulo: Zahar, 2019.
- ROSSI, P. **Brasil em disputa**. São Paulo: Planeta; Selo Crítica, 2024.

RUGITSKY, F. The decline of neoliberalism: a play in three acts. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, p. 587-603, 2020.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; RENAUT, A. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 507-524, 2007.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

STREECK, W. **Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2018

VEJA SÃO PAULO. Entrevista com Marcos Lisboa e Zeina Latif. **YouTube**, 6 set. 2018. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=i0PgClbZCHE&ab_channel=VEJAS%C3%83OPAULO. Acesso em: 4 mar. 2025.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

